



## A BUSCA COMO MEDIDA: A QUESTÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

*Research as a measure: the social issue in brazilian social formation*

**Eduardo Mara\***

 <https://orcid.org/0000-0001-7241-8762>

**Lucas Bezerra\*\***

 <https://orcid.org/0000-0001-7241-8762>

### RESUMO

Este ensaio tem por objetivo problematizar os fundamentos da questão social na formação social brasileira. Recupera-se o acúmulo da produção teórica do serviço social sobre o tema e argumenta-se que as particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil determinam a configuração da questão social no país. O eixo da análise limita-se a dois elementos de problematização: o movimento da lei geral da acumulação sob os condicionantes estruturais da dependência e o processo histórico de formação da classe trabalhadora. Fruto de pesquisa bibliográfica, o texto dialoga fundamentalmente com intérpretes da realidade brasileira e com a literatura especializada sobre a questão social no debate profissional.

### PALAVRAS-CHAVE

Questão Social. Formação Social Brasileira. Serviço Social.

### ABSTRACT

This essay aims to discuss the foundations of the social issue in Brazilian social formation. It recovers the analysis of the foundations of the social issue accumulated by the theoretical production of social work. It is argued that the particularities of capitalist development in Brazil determine the configuration of the social issue in the country. The axis of the analysis is limited to two elements of problematization: the movement of the general law of accumulation under the structural conditions of dependency and the historical process of formation of the working class. The result of bibliographical research, the text fundamentally dialogues with interpreters of the Brazilian reality and with specialized literature on the social issue in the professional debate.

### KEYWORDS

Social Issue. Brazilian Social Formation. Social Work.

Submissão: 7/10/2021.

Aceito em: 1º/12/2021

---

\* Cientista Social. Doutor em Serviço Social. Docente do curso de Serviço Social do Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU, Recife, Brasil). R. Joaquim Nabuco, 778 - Madalena, Recife - PE, 50050-290. E-mail: [dumaraseso@gmail.com](mailto:dumaraseso@gmail.com).

\*\* Assistente Social. Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Professor Substituto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). R. Alexandre Moura, 8 - São Domingos, Niterói - RJ, 24210-200. E-mail: [bezerralucas@id.uff.br](mailto:bezerralucas@id.uff.br).

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n42p110-125



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

## INTRODUÇÃO

*“Tenho pra minha vida  
A busca como medida  
O encontro como chegada  
E como ponto de partida”  
Sérgio Sampaio*

**A**os que iniciaram sua trajetória acadêmica nas primeiras décadas do século XXI pode parecer estranho o intervalo de vinte anos desde a publicação das conferências do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), em 2001, pela revista *Temporalis*. Aquelas formulações parecem hoje muito próximas e muito distantes de nosso tempo. Quando olhamos para a trajetória do Serviço Social Brasileiro, particularmente desde a deflagração do processo de renovação, aqueles textos aparecem simultaneamente como *ponto de chegada e ponto de partida*.

De chegada, eles expressavam uma síntese dos elementos mais gerais acerca da questão social, produzidos a partir da sucessiva aproximação do Serviço Social à teoria social de Marx e à tradição marxista. Como é comum nessa tradição, as melhores sínteses se originam de boas polêmicas. À época, se tratava de entender os rebatimentos das mudanças no padrão de reprodução do capitalismo nos fundamentos da questão social. Daí que os diversos autores se posicionem de alguma maneira sobre a existência ou não de uma “nova questão social” a ser enfrentada. Reafirmar a atualidade do arcabouço categorial marxiano para a análise da questão social exigia, dessa forma, reafirmá-la como fruto das contradições estruturais da sociedade capitalista, que só podem findar-se quando esta forma de sociabilidade deixar de existir. Tal acepção se faz notar, sobretudo, nos textos de Marilda Iamamoto, *A Questão Social no Capitalismo* e no texto de José Paulo Netto, *Cinco notas a propósito da “Questão Social”*.

Tais contribuições tornaram-se também incontornável ponto de partida para a análise da questão social. E isso não apenas por sua expressiva incorporação nas disciplinas de graduação e pós-graduação, mas, principalmente, porque recolocavam a necessidade de aprofundamento nas pesquisas sobre o tema, cujo desenvolvimento colocava-se como desafio para as gerações de pesquisadores que se formariam a partir de então.

Ao que nos parece, é possível extrair, dos referidos textos de Netto (2001) e Iamamoto (2001), pelo menos três critérios gerais para a conceituação da questão social na sociedade capitalista: i) a lei geral da acumulação capitalista; ii) o processo de formação e luta dos trabalhadores enquanto classe; iii) os rebatimentos desse processo nas formas de dominação e construção de hegemonia da classe dominante. Esses pressupostos não operam independente uns dos outros, constituindo-se como momentos diferenciados da análise de um mesmo objeto (no caso, a questão social). Eles são importantes, como afirmava Iamamoto (2001, p. 18), diante do risco de “[...] pulverização da questão social, típica da ótica liberal [...]” cujo resultado é a “[...] autonomização de suas múltiplas expressões [...] em detrimento da perspectiva de unidade” (IAMAMOTO, 2001, p. 18). Contudo, tais determinações gerais são insuficientes se queremos evitar a segunda armadilha, assinalada pela autora, de “[...] aprisionar a análise em um discurso genérico, que redunde em uma visão unívoca e indiferenciada da questão social, prisioneira das análises estruturais, segmentadas da dinâmica conjuntural e da vida dos sujeitos sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 18).

Tal recomendação adquire maior centralidade quando se propõe a analisar a gênese da questão social no capitalismo dependente. Não é raro buscar *desde quando* essas determinações passariam a operar plenamente a partir de dentro, ou seja, de forma autóctone ao desenvolvimento capitalista no Brasil. Dessa forma, tende-se a identificar a dimensão da particularidade com o advento das expressões da questão social, mas não com seus fundamentos. Sim, a questão social é indissociável da, porque produzida pela, sociabilidade capitalista. Seu estudo deve abarcar desde as formas de exploração do trabalho até o fazer-se dos trabalhadores enquanto classe na luta contra o capital, bem como a tradução do antagonismo para as superestruturas complexas, em particular para a esfera da dominação burguesa. Tudo isso, porém, só adquire concretude em cada formação social particular, nas relações de força entre a burguesia dos diversos países, na constituição das classes em cada contexto histórico, nas relações entre economia e política nas formas particulares assumidas pelo capitalismo.

Hoje, vinte anos depois, entender nosso ponto de chegada como novo ponto de partida exige um mergulho profundo nos caminhos da formação social brasileira. A combinação entre políticas ultraliberais com a retomada das formas mais bárbaras do reacionarismo burguês, isto é, as intempéries do tempo presente exigem o desvelamento de nosso passado, dos caminhos pelos quais se definiram aqui os parâmetros do desenvolvimento capitalista em sua modalidade dependente e da formação da classe trabalhadora brasileira. Se é certo que não existe aqui uma outra questão social, é também certo que sua compreensão só adquire a radicalidade necessária à sua superação quando confrontada com os enigmas presentes na realidade brasileira. Longe de responder ao desafio, nosso objetivo neste artigo é estabelecer a busca como medida sugerindo o encontro com as particularidades da questão social no Brasil a partir de seus fundamentos.

### **LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO, CAPITALISMO DEPENDENTE E FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA**

O entendimento da questão social no capitalismo deve ter como pressuposto a forma particular da exploração do trabalho nesta sociedade: o fato de que os trabalhadores produzem sempre mais valor do que o que eles mesmos valem como mercadoria para o capitalista. A extração de sobretrabalho por parte dos detentores dos meios de produção reproduz continuamente a desigualdade entre estes e os produtores da riqueza, que dela só recebem o suficiente para suprir as necessidades de reposição de sua força de trabalho enquanto mercadoria para o capital.

Este fato, contudo, não é razão suficiente à emergência de uma “questão social” no capitalismo. Não obstante seja a fonte primeira da desigualdade entre as classes, o capital em sua reprodução simples (MARX, 2000) não implica necessariamente que a pobreza passe a crescer “[...] na razão direta da capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42). E isso porque, se parássemos por aqui, não seria difícil imaginar que o desenvolvimento do próprio capitalismo, ainda que incapaz de transpor o fosso que separa ricos e pobres, seria capaz, ao menos, de minorar progressivamente a miséria destes últimos, em uma fórmula repetida à exaustão pelo pensamento reformista de plantão: quanto mais cresce o capital, maior a demanda por trabalhadores, quanto maior a quantidade de trabalhadores empregados, maior a demanda por bens industrializados e melhores as condições de venda da força de trabalho, melhores as condições de reprodução do trabalhador e sua família, maior número de braços a disposição das demandas do capital e assim por diante. Fórmula mágica na qual a solução para a miséria gerada pelo capitalismo não seria outra senão mais capitalismo.

Marx (2013) parecia não desconhecer esse argumento. O entendimento do que ele chama de *modo de produção especificamente capitalista* demandava a ampliação do foco da análise para a reprodução ampliada do capital, ou seja, das contradições oriundas da concorrência entre os capitalistas, da relação entre produção e circulação do valor, da concentração e centralização de capitais, dos efeitos do capital como totalidade histórico-social sobre o conjunto da classe trabalhadora. Segundo o autor, a concorrência entre capitais produz a sua própria negação, a concentração e centralização produtiva nas mãos de um punhado cada vez menor de capitalistas, ao induzir o aumento da composição técnica do capital. O maior investimento em tecnologias é útil para a redução do valor unitário das mercadorias, já que as máquinas concretamente poupam trabalho, diminuindo, portanto, o valor socialmente necessário para a produção de determinado produto.

Essa tendência atua sobre duas contradições fundamentais do capital em sua reprodução ampliada.

A primeira refere-se à realização do valor em momentos de equiparação entre produção e demanda. A continuidade da acumulação pode ser resolvida pela ampliação do consumo de bens industrializados abaixo das camadas que vivem da mais-valia. Em outros termos, a realização do valor contido nas mercadorias deixa de se restringir ao consumo suntuoso, passando a compor o consumo médio de setores da classe trabalhadora. A única forma para que essa incorporação não prejudique a extração de sobretrabalho e não comprometa a própria acumulação é a redução do quantum de trabalho necessário para produzi-la, possibilitada pelo aumento da produtividade do trabalho.

O segundo motivo cria uma busca incessante pela inovação tecnológica na produção, devido à possibilidade da extração de superlucros na esfera da circulação. Como o valor das mercadorias não é dado por esta ou aquela unidade de produção considerada isoladamente, mas pela média dos valores (quantidades de trabalho) socialmente necessários à produção de determinada mercadoria em cada período, os capitais que mais incrementam sua composição técnica logram produzir com menos trabalho do que a média socialmente necessária, sugando o excedente de outros com menor desenvolvimento tecnológico.

Tal processo acaba por avolumar as contradições típicas do capitalismo. O aumento da composição técnica do capital concentra o reinvestimento da mais-valia em capital constante, impulsionando a queda tendencial da taxa de lucro. Como, diferentemente da taxa de mais-valia, o cálculo da taxa de lucro não está determinado somente pela relação entre o excedente e o trabalho necessário (pago a força de trabalho), mas refere-se à porção da mais-valia não reinvestida e transformada em lucro nos bolsos do capitalista, o aumento do investimento em capital constante em relação ao capital variável tende ao decréscimo da taxa de lucro.

Trata-se, evidentemente, de uma tendência contra a qual o próprio desenvolvimento tecnológico gera uma profilaxia adequada: a utilização de novas máquinas possibilita a substituição do trabalho vivo por trabalho morto, aumentando a produtividade do trabalho e gerando, assim, uma população supérflua às necessidades imediatas da acumulação. É este processo que cria continuamente a chamada superpopulação relativa ou exército industrial de reserva: uma massa de indivíduos que não dispõe das condições mínimas de obtenção dos meios básicos de subsistência (o chamado *pauperismo*), aumentando a concorrência entre os trabalhadores e possibilitando ao capital nova redução no valor da força de trabalho, aumentando a acumulação através da extração de mais-valia relativa. Somente a partir disso é que se pode afirmar que, no capitalismo, “a riqueza passa a crescer na razão direta da miséria”

ou, dito de outra forma, este modo de produção cria permanente e progressivamente uma “questão social”.

O importante aqui é observar que essa transição não poderia se dar de forma autóctone em uma formação social considerada isoladamente. O entendimento da questão social exige a percepção do movimento do capital enquanto totalidade histórico-concreta. O mesmo processo de concentração e centralização de capitais que cria o domínio e absorção dos capitais mais fracos pelos mais fortes, expressa-se na relação de subordinação entre a burguesia dos países centrais e periféricos. Tal relação, que aparece como fruto da própria lei geral da acumulação, constitui também o seu ponto de partida. Daí a advertência do próprio Marx ao expor tais determinações no capítulo XXIII de *O capital* acerca da acumulação primitiva (que seria trabalhada pelo autor no capítulo seguinte) que “[...] em vez de resultado histórico, é fundamento histórico da produção especificamente capitalista” (MARX, 2013, p. 735). E o entendimento do longo período da acumulação primitiva de capitais é inseparável do papel da colonização, ponto de partida das determinações particulares da inserção da América Latina e do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Vimos que o modo de produção especificamente capitalista existe somente a partir da transição entre as formas de absorção de mais-valia absoluta, obtidas de maneira direta e brutal sobre a força de trabalho a partir da redução de salários, aumento de jornada e intensificação do trabalho, e a extração de mais-valia relativa, com a redução do valor-unitário dos bens-salário e aumento do exército industrial de reserva. As contradições presentes nesse processo histórico permitem apreender a funcionalidade da exploração colonial no período da acumulação primitiva.

Uma das diferenças primordiais entre as duas formas de extração do excedente é a de que a primeira (mais-valia absoluta) encontra limites na capacidade física do trabalhador. O salário pode ser reduzido, mas não muito abaixo dos limites que permitem ao trabalhador reproduzir a si mesmo e a sua família. Da mesma forma, o aumento da jornada não pode se dar além dos limites de sua capacidade física, o mesmo vale para a intensificação do trabalho no interior da jornada. O aumento da produtividade, ou seja, a aplicação de máquinas que potencializam o trabalho, não encontra esses limites.

Vimos ainda que a concorrência induz a classe capitalista a concentrar maiores investimentos em inovação tecnológica com o objetivo de diminuir o valor unitário das mercadorias e, ao mesmo tempo, absorver uma mais-valia extraordinária a partir da circulação do valor. Note-se que o investimento em tecnologia, por si mesmo, tende antes a reduzir do que aumentar a massa de mais-valia extraída diretamente da produção. O aumento da mesma só se torna possível a partir da generalização do avanço tecnológico e isso por duas razões. De um lado, torna possível repelir parte da força de trabalho ocasionando o aumento do exército industrial de reserva e da pressão sobre a massa salarial. De outro, a generalização do avanço tecnológico a um conjunto mais amplo de mercadorias, faz com que este atinja também o valor dos bens-salário, reduzindo assim o montante de recursos necessários à reposição da força de trabalho.

O problema é que, se olharmos para o período da revolução industrial na Inglaterra como ilha isolada do mundo, ambos os fatores eram inviáveis à transformação referida acima. A expulsão de uma massa de camponeses a partir do cercamento de terras criava a tendência ao aumento do custo com a força de trabalho. É que os ritmos de incorporação do avanço tecnológico na

produção dos bens-salário são sempre menores em relação aos bens de consumo suntuoso. Basta comparar os ritmos do avanço tecnológico na produção de automóveis com o mesmo processo na produção de gêneros alimentícios como o trigo, por exemplo. Além disso, a tendência geral no período da revolução industrial era mais de absorção do que de repulsa da força de trabalho, o que agravaria ainda mais a tendência de aumento do custo com capital variável. É aqui que se insere um dos papéis primordiais das colônias de exploração na América Latina em geral e do Brasil, em particular. Muito antes que o desenvolvimento tecnológico pudesse atingir a produção de bens-salário, a América Latina já ofertava alimentos baratos para suprir as demandas da força de trabalho nos países centrais, tendo como efeito principal a redução de seu valor para o capitalista aumentando, dessa forma, a taxa de mais-valia.

Mas não era somente na redução do valor da força de trabalho que nossa origem colonial exerceria papel determinante na conformação do modo de produção capitalista. Vimos que a lei geral da acumulação implica também o aumento da composição orgânica do capital, alterando a proporção entre capital constante e capital variável em favor do primeiro. É a progressiva concentração da mais-valia reinvestida em capital constante que cria a tendência de queda da taxa de lucro. Para fins didáticos, podemos dividir o capital constante em três elementos: tecnologia, bens imobiliários e matérias primas. Vimos que o aumento do capital constante se dá principalmente em razão do maior investimento em tecnologias. É aqui que a exploração colonial se insere como determinação central do processo de acumulação primitiva. A concentração do investimento em capital constante pôde ser atenuada pela oferta mundial de matérias primas à baixo custo provenientes da América Latina, impulsionando por mais tempo a acumulação.

Não se trata, evidentemente, de datar a origem da questão social desde a inserção do Brasil colônia no capitalismo mercantil. O que interessa, por ora, perceber, é que a tal lei geral da acumulação só pôde nascer porque a transição para o capitalismo nos países centrais foi alimentada por relações pré-capitalistas existentes nos países de origem colonial. Fica fácil perceber a importância do argumento quando invertemos a sentença. Ele quer dizer também que, pelo menos desde fins do século XVIII e grande parte do século XIX, as transformações na formação social escravista no Brasil correspondiam já aos imperativos de consolidação do capitalismo em nível mundial. E é este ponto de partida que destinará ao Brasil papel subordinado no interior da divisão internacional do trabalho, o que implica determinações particulares à própria lei geral da acumulação no capitalismo dependente.

O início da transição para o capitalismo dependente coincide, pelos lados de cá, com a ruptura do estatuto colonial e, pelos lados de lá, com a própria revolução industrial e seus desdobramentos. A condição de dependência é definida por Ruy Mauro Marini como “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005, p. 141). Dessa forma, é possível afirmar que os ritmos de transição da formação social escravista para o capitalismo dependente estavam, durante todo o século XIX, condicionados pelos imperativos da acumulação de capital nos países centrais. É isso o que explica a manutenção do padrão exportador de matérias primas, a permanência do latifúndio e, não menos importante, as resistências da classe senhorial diante da necessária transição do regime escravocrata para o trabalho livre.

Esse processo sugere uma série de determinações particulares do funcionamento do capitalismo dependente. São aspectos centrais para se pensar a gênese da questão social no Brasil. Convém analisar ao menos alguns deles aqui.

O primeiro é o sentido geral herdado da colonização, ou seja, um país cuja classe dominante busca realizar a riqueza prioritariamente a partir do comércio internacional. Como afirma Caio Prado Jr. (2011, p.29), “[...] é com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras”. A partir da formação do capitalismo dependente, este fato irá transmutar-se na ruptura entre a produção e realização do valor gerado pela classe trabalhadora. O excedente extraído dos trabalhadores internamente não se transforma em valor-dinheiro no interior da formação social brasileira, mas fora dela, no comércio internacional. Em bom português, a burguesia brasileira se forma nesse processo explorando a força de trabalho internamente, mas vende as suas mercadorias e realiza, portanto, a mais-valia a partir do comércio internacional. A classe trabalhadora é, para as classes dominantes no Brasil, fonte de extração do excedente econômico, mas não o lócus privilegiado para a realização de tal excedente a partir do consumo.

O segundo elemento decorre do primeiro. A inserção subordinada na divisão internacional do trabalho irá operar uma transferência de valor possibilitada pelas relações de troca no comércio internacional. Vimos que a lei do valor opera, a partir da circulação, transferindo valor dos capitais com menor composição técnica para aqueles que saem na frente no interior da concorrência devido ao maior investimento em tecnologias. Se na troca entre mercadorias de uma mesma esfera de produção - imagine-se duas empresas produtoras de uma mercadoria qualquer, por exemplo, sapatos, competindo entre si no comércio internacional - a transferência de valor tem origem na própria lei do valor - a capacidade de poupar trabalho de uma empresa implica absorção do que excede o valor médio, em outra -, na troca entre países relativa à mercadorias de esferas distintas de produção - umas vendem matérias primas e outros produtos manufaturados, por exemplo - opera-se a transgressão da referida lei. O monopólio da produção de bens com maior produtividade do trabalho permite a esses países vendê-los com preços acima do valor, fazendo com que as nações dependentes transfiram parte expressiva do valor que produzem aos países centrais. É este elemento que, segundo Marini (2005), leva as classes dominantes nos países dependentes a buscar internamente compensar a perda de valor através de uma maior produção de mais-valia absoluta, através da *intensificação da exploração da força de trabalho*. Convém assinalar que tal elemento foi, como veremos, decisivo para a solução adotada pela classe dominante no que se refere à transição do regime escravocrata para o trabalho livre.

Há que se questionar se a intensificação da exploração dos trabalhadores a que nos referimos acima constitui, de fato, uma particularidade dos países de capitalismo dependente. Essa determinação é sintetizada por Ruy Mauro Marini (2005), no conceito de *superexploração da força de trabalho*. Para o autor, superexploração significa que a força de trabalho incorpora uma parte da riqueza, por ela mesma produzida, insuficiente às necessidades médias de sua própria reprodução. Isso não significa dizer que o assalariado não receba o suficiente para a *reprodução física* de sua força de trabalho. Isso também existe, sem dúvida, e compõe os bolsões de miséria no interior do exército industrial de reserva ao qual nos referimos acima, mas não é disso que se trata aqui. Acontece que nem só de estômago vivem os trabalhadores. A industrialização e, com ela, o crescimento da urbanização criam progressivamente *necessidades sociais* relacionadas ao consumo de produtos industrializados. Estes produtos é que não são incorporados plenamente ao valor médio da força de trabalho nos países de capitalismo dependente (OSÓRIO, 2016).

Isso existe porque o capitalismo dependente cria para si um modo de circulação específico, diferenciado dos países centrais. Nestes últimos, a centralidade da produção de mais-valia relativa possibilita e exige que a força de trabalho seja entendida não apenas como fator de produção, mas também de realização do valor na circulação, que compõe junto a outras classes o mercado de consumo interno. O antagonismo entre trabalhadores e burgueses na esfera da produção reaparece no âmbito da circulação como relação não antagônica. Desnecessário dizer que a quantidade e qualidade dos produtos consumidos por uma e outra classe irá variar enormemente, mas ambas são indispensáveis para a realização da mais-valia internamente. Como no capitalismo dependente o consumo da classe trabalhadora não é central para a realização da mais-valia, este fato deixa a superexploração como caminho sem obstáculos, operando a ruptura entre a esfera de consumo das classes produtoras – sempre comprimido ao máximo e voltado para dentro – e o consumo das classes que vivem da mais-valia - incrementado e, num primeiro momento, voltado para fora.

Afirmar que o consumo de produtos industrializados, como geladeiras e televisores por exemplo, não compõe o valor médio da força de trabalho não quer dizer que ela não consuma tais produtos. Exatamente porque se tornaram uma necessidade social, ela irá adquiri-los, mas ao custo de comprimir o consumo de outros componentes da reposição de sua força de trabalho. Um simples exemplo nos ajuda a entender isso: qualquer sujeito que não possua hoje um smartphone terá dificuldades não apenas em socializar-se com outros indivíduos, mas também de inserir-se no próprio mercado de trabalho. Mais ainda, a ausência de tal aparelho criaria dificuldades de permanência no emprego, uma vez que o uso de redes sociais como o WhatsApp foi incorporado nas empresas como formidável forma de pressão e controle sobre os trabalhadores. É, dessa forma, bastante comum ver trabalhadores de diferentes idades com seus olhos vidrados nas redes sociais nas idas e vindas do trabalho. A questão é saber quantos destes trabalhadores puderam adquirir seus aparelhos sem recorrer ao crédito e, mais importante, quantos pagam suas prestações sem comprometer gastos com quaisquer outros elementos que compõe a reposição de sua capacidade de trabalho (como carne, sapatos, remédios e assim por diante).

Não obstante as esperanças que suscitou, o período de industrialização intensiva ou da chamada *substituição de importações* não alteraria, antes aprofundaria este quadro. A começar pelo fato de que a referida substituição se destinava antes, segundo Marini (2005), aos bens supérfluos que, como vimos, não compunham o valor médio da força de trabalho. Como a ampliação do consumo dos referidos bens à massa proletária é um dos aspectos que induzem ao aumento da produtividade do trabalho, este processo encontrará enormes dificuldades no capitalismo dependente. Dessa forma, longe de superar a dicotomia entre o consumo das classes altas e a massa trabalhadora, tal dicotomia se internaliza, agora não mais em razão de sua realização no mercado externo, mas na separação entre as esferas alta e baixa do consumo no interior da mesma economia. Quando se equiparam a oferta e a demanda de produtos suntuosos, a ampliação do consumo de tais produtos se dá antes às outras classes que também vivem da mais-valia – os chamados “setores médios” – um consumo que depende, assim, da ampliação de sua magnitude em termos absolutos, ou seja, da superexploração da força de trabalho.

É evidente que o término do ciclo de industrialização no Brasil, embora não tenha alterado o sentido geral do exposto até aqui, trouxe novas determinações a esse processo. De um lado, a inversão de tecnologia e de capitais dos países imperialistas no Brasil faz com que a transferência do valor aqui produzido para os países centrais se intensifique ainda mais, na forma de remessa de lucros e dividendos. De outro, ela possibilitou a combinação de formas de extração de mais-

valia relativa junto à extração de mais-valia absoluta. Passa a aumentar ainda mais as fileiras da superpopulação relativa, produzida agora pelo incremento da produtividade nas empresas de capital monopolista.

Temos ciência da polêmica que tais argumentos sugerem. O importante aqui, contudo, é sinalizar que a análise do funcionamento da lei geral da acumulação capitalista e, com ela, dos fundamentos da questão social na particularidade da sociedade brasileira implica levar em conta as relações de dependência e, portanto, a forma como a burguesia dos países centrais segue determinando os ritmos e conteúdos da exploração da classe trabalhadora no Brasil. Tal processo tem, obviamente, implicações sobre a formação da burguesia dependente e da forma particular que assume a dominação burguesa através do Estado.

Não estamos afirmando, com isso, que a referida lei geral da acumulação capitalista deixe de ser, também aqui, o ponto de partida para o entendimento do questão social. Queremos dizer, apenas, que ela não funciona de forma homogênea em toda parte, ou que, “[...] como todas as outras leis, é modificada em seu funcionamento por muitas circunstâncias” (MARX, 2013, p. 756). Parte considerável dessas circunstâncias refere-se ao desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista. A lei geral não se refere, dessa forma, ao capitalismo no interior de uma formação social determinada, mas ao movimento do capital enquanto totalidade histórico-concreta. O entendimento das particularidades da formação social brasileira é central para que continuemos o processo de (re)descoberta não apenas da gênese da questão social, mas também da formação da classe trabalhadora como sujeito histórico capaz de superá-la. É isso que passamos a analisar a partir de agora.

## **A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL**

A caracterização da “questão social” em uma formação social somente obtém inteligibilidade quando amparada pela apreensão histórica das classes sociais em presença. Em outras palavras, é somente a partir da identificação das características particulares do desenvolvimento capitalista e da constituição das classes em determinada sociedade e em determinado período histórico que se torna viável qualificar a “questão social” em termos de teoria e história. Orientados por esse pressuposto, entendemos que a análise de classes é ponto incontornável à interpretação da questão social no Brasil. Neste sentido, é preciso apreender não apenas a gênese e os caracteres estruturais das classes e frações de classe no capitalismo dependente brasileiro, mas suas reconfigurações no movimento histórico, suas contradições, a reposição e a renovação de suas práticas sociais e formas de enfrentamento na disputa pela construção de hegemonia.

Em coerência a tal raciocínio, o aprofundamento da apreensão da questão social no Brasil passa necessariamente, e sobretudo, pela investigação dos *de cima* e dos *de baixo*, da burguesia e dos trabalhadores, ambos marcados por um processo de constituição distinto dos modelos “clássicos” de transição à modernidade. No que diz respeito à formação da burguesia, tem-se a constituição de uma classe senhorial que se converte em burguesia por força de sua posição na vida político-econômica nacional e que somente pôde “[...] realizar-se como classe e impor sua hegemonia de outra maneira pelo uso do Estado que adquire um teor antinacional contra a integração nacional e a própria revolução nacional” (FERNANDES, 1973, p. 60). Já a formação da classe trabalhadora, por seu turno, resulta de um longo processo com raízes no período escravista. Esta afirmação não é, como vimos, tão óbvia quanto possa parecer. Ela é elemento

crucial do debate que propomos, afinal, a interpretação histórica sobre a formação da classe trabalhadora tem muito a dizer sobre a concepção de “questão social” que se adota.

Um breve balanço bibliográfico do acúmulo do Serviço Social brasileiro sobre a “questão social” rapidamente localiza na generalização do trabalho assalariado e no ingresso em cena dos trabalhadores enquanto classe um pressuposto à configuração da “questão social”. De fato, não pode haver “questão social” sem que antes ocorra, pelo menos em termos tendenciais, a generalização do trabalho livre, sem que se tenham formado “a existência material das condições de trabalho e a forma social pela qual se realiza” (IAMAMOTO, 2001, p. 12).

Entretanto, não raras vezes associa-se tal configuração à chegada dos imigrantes europeus no século XX, como se fosse este o elo decisivo na formação da classe trabalhadora no Brasil. A recorrente (e problemática) afirmação de que a “questão social” no Brasil é um fenômeno emergido no pós-1930 é uma consequência dessa visão. Na perspectiva de melhor historicizar esse processo, sugerimos um olhar distinto neste texto: ao admitirmos que a formação da classe trabalhadora brasileira deita suas raízes no período escravista, queremos sustentar que o escravismo marcou profundamente o *fazer-se* do proletariado enquanto classe social no Brasil.

Antes, contudo, vale acrescentar algumas linhas sobre o que entendemos por *processo de generalização do trabalho livre* nas determinações particulares do capitalismo dependente no Brasil. O argumento de que tal processo só tenha se dado a partir da terceira década do século XX pressupõe um intervalo de décadas entre a abolição e um suposto nascimento da classe operária brasileira composta da mão de obra – branca – importada dos países centrais. Acontece que o processo de transição para o trabalho assalariado não é outra coisa senão *um processo*. Datá-lo nas primeiras décadas do século XX é tomar seu ponto de partida como ponto de chegada, não obstante a chegada constitua, também aí, novo ponto de partida. Voltaremos a isso adiante. Por ora, basta afirmar que a classe dominante não esperou a assinatura da Lei Áurea para iniciar a exploração da força de trabalho assalariada. Durante toda a segunda metade do século XIX, trabalhadores escravizados e livres conviveram naquilo que havia de mais avançado na produção de mercadorias na economia nacional (vide a construção de portos e ferrovias em estados como Rio de Janeiro e São Paulo ou a substituição dos engenhos centrais pelas modernas usinas de açúcar e álcool nas zonas canavieiras do Nordeste). A generalização do trabalho assalariado é um pressuposto do modo de produção especificamente capitalista, não seu resultado.

Vimos que a burguesia nos países dependentes busca compensar a perda de valor trabalho no comércio internacional a partir da intensificação da exploração da classe trabalhadora internamente e que este é um dos elementos que nos ajudam a entender a forma particular da transição para o trabalho livre no Brasil. Tal afirmação pode soar estranha, já que o caráter aviltante do escravismo tinha como contrapartida, justamente, a máxima absorção possível do trabalho alheio. Segundo Octávio Ianni (1978), o paradoxo fundamental é que as mesmas condições que permitem a máxima extração do excedente econômico, ao transformarem o próprio ser humano em mercadoria, criam entraves à acumulação de riqueza ao diminuírem o tempo de vida útil dessa mesma mercadoria, tendo de repô-la constantemente. Estes senhores de escravos, por menos interesse que tivessem em implementar relações capitalistas no interior do país, delas já participavam ao venderem as mercadorias produzidas pelo trabalho escravizado no comércio internacional. Isso colocava a classe senhorial diante de um impasse, pois “[...] a composição orgânica de seu capital passa a ser um requisito essencial para o aumento ou a preservação de sua taxa de lucro” (IANNI, 1978, p. 42). A partir de 1850, com a promulgação da

Lei Eusébio de Queiroz, diminui progressivamente a oferta de trabalhadores escravizados, elevando ainda mais seu valor e tornando inviável a continuidade do escravismo.

Imaginemo-nos agora na pele da nascente burguesia brasileira neste período. A obtenção de seu lucro não depende, como vimos, da realização do valor contido nas mercadorias a partir do mercado de consumo interno ao país e, ao contrário, a transferência do valor aqui gerado para os países centrais demanda a intensificação da produção de mais-valia absoluta, ou seja, da constante depreciação do valor da força de trabalho internamente. Como transitar para a exploração do trabalho livre sem que se comprometam a acumulação do próprio capital internamente? A importação progressiva de braços oriundos do continente europeu para ocupar os postos de trabalho assalariados tinha como necessária contrapartida a exclusão da população negra em relação aos dinamismos da nascente sociedade de classes.

Exclusão dos dinamismos da sociedade de classes não significa, bem entendido, qualquer externalidade em relação às particularidades da acumulação de riqueza na formação social brasileira. Este enorme contingente populacional estaria destinado a formar, desde as origens do proletariado enquanto classe, um poderoso exército industrial de reserva (IANNI, 1978) ou permaneciam “[...] como massa marginalizada, reserva de segunda categoria do exército industrial” (MOURA, 2020, p. 148). Nos parece por demais evidente que a formação de um enorme exército industrial de reserva antes mesmo do período de industrialização no século XX constituía as condições ideais para intensificação da exploração do trabalho, elemento central na conformação do capitalismo dependente. Significa que a chamada *questão racial* no Brasil não compõe apenas as formas particulares de *expressão* da questão social, mas também e principalmente, seus fundamentos.

Uma primeira limitação da concepção a qual nos opomos consiste no risco de desatenção, no âmbito da análise histórica sobre os fundamentos da questão social no Brasil, ao período de transição entre a formação social escravista e a instituição do capitalismo dependente. Nos dias de hoje, já são muitas as pesquisas que, amparadas pela historicidade, nos chamam a atenção quanto à existência de uma enorme convivência e aprendizado entre trabalhadores livres e escravizados na realidade brasileira (BADARÓ, 2008; ALENCASTRO, 1988). Em vista disso, parece-nos importante, ao se debater o desenvolvimento das relações capital-trabalho entre nós, destinar especial atenção à dinâmica processada ao longo do século XIX, haja vista ser este um período que imprimiu mudanças de relevo na sociedade brasileira. Eventos históricos como a vinda da Família Real em 1808, a Independência em 1822, a Lei de Terras e a proibição do tráfico de escravizados em 1850, a Lei Áurea em 1888 e a Proclamação da República em 1889 - para mencionar apenas os mais conhecidos - são apenas corolários desse agitado período que comporta, ainda no interior da formação social escravista e da forma estatal que lhe corresponde, o crescimento paulatino do espaço urbano, a expansão do comércio, a industrialização de setores da agricultura, a formação de pequenas indústrias nas cidades, o surgimento de novas categorias de trabalhadores, entre outras alterações que acabaram por complexificar ainda mais a vida social, política, econômica e cultural do país.

Naquela realidade, segmentos de escravizados não mais estavam limitados ao desempenho de atividades na agricultura. Estes foram também absorvidos em setores emergentes no espaço urbano. Dos operários registrados nas manufaturas do Rio de Janeiro entre 1840 e 1850, 45% eram escravizados (VITORINO, 2012). Para mencionar um documento oficial, o Recenseamento

de 1872 apontou que no Rio de Janeiro, ainda, havia mais de dois mil operários cativos empregados em pequenas fábricas.

Um segundo limite daquela concepção (sobre a gênese da questão social no Brasil) diz respeito à apreensão sobre as formas de luta dos *de baixo*. É enganoso supor que o processo de organização política dos trabalhadores tem a ver exclusivamente com a chegada dos imigrantes europeus. As primeiras greves no Brasil ocorreram no século XIX, e não no século XX. A mais conhecida seja, talvez, a Greve dos Tipógrafos no Rio de Janeiro em 1858. O historiador baiano João José Reis (2019) assinala, porém, que em 1857 ocorreu uma greve de escravizados em Salvador, por ele caracterizada como “Greve Negra”. Esta experiência envolveu centenas de escravizados “de ganho”, isto é, aqueles que trabalhavam e tinham de repassar, compulsoriamente, todos os seus ganhos a seus donos. Segundo o autor, a greve teve duração de duas semanas e paralisou setores estratégicos, como transporte e abastecimento. Também em 1857, os trabalhadores escravizados pertencentes ao Barão de Mauá, no Rio de Janeiro, recusaram-se a trabalhar na fábrica Ponta D’Areia, que era um dos maiores estabelecimentos do Rio de Janeiro, com cerca de dez oficinas e 600 operários, sendo 150 deles escravizados (BADARÓ, 2008; CASTELO; RIBEIRO; ROCAMORA, 2020).

O que salta aos olhos, nessas experiências, é a convivência, no âmbito da luta de classes, entre escravizados e livres, numa espécie de amálgama constitutivo da classe trabalhadora brasileira. É este aprendizado prévio que figurará como ponto de partida para as principais lutas durante a Primeira República. E é no curso desse complexo processo histórico que progressivamente se impõe a forma moderna de exploração, isto é, o assalariamento da força de trabalho.

Terceiro elemento, que também escapa à proposta interpretativa ora problematizada, é o que se relaciona à composição da classe trabalhadora no Brasil em seu processo de constituição. A crença de que o imigrantismo denota o elo central dessa engrenagem acaba por induzir à noção de que tivemos, nos primórdios da referida classe entre nós, uma composição predominantemente masculina, branca e de influência europeia. Esta ideia é equivocada à medida que não localiza na articulação unitária entre capitalismo, racismo e patriarcado um componente indispensável à análise histórica da classe trabalhadora brasileira (SAFFIOTI, 2013).

No que concerne à questão étnico-racial, é preciso admitir que ela resulta de nosso processo histórico de desenvolvimento e suas raízes repousam nas determinações fundamentais do período colonial, esboçadas no tópico anterior. Sua presença na formação brasileira é tão expressiva que se pode afirmar que a questão étnico-racial se encontra, no Brasil, organicamente vinculada à questão nacional (IANNI, 2004). Deve-se atentar, pois, ao fato de que a luta de classes no Brasil encontra-se intimamente imbricada com a questão racial. Essa particularidade histórica não pode ser negligenciada, sob pena de reproduzirmos uma perspectiva eurocêntrica sobre a “questão social”. A este respeito, Florestan Fernandes (2017) nos adverte o seguinte:

se a classe tem de ser forçosamente o componente hegemônico, nem por isso a raça atua como um dinamismo coletivo secundário. A lógica política que resulta de tal solo histórico é complexa. [...] Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente, que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma sociedade nova, por exemplo (FERNANDES, 2017, p. 85).

Também as relações patriarcais de gênero operam com força nesse complexo histórico. Nas palavras de Saffioti (2013, p. 343), “[...] o emprego de mulheres sempre permitiu a apropriação de maior quantum de mais-valia, dada a discrepância entre os salários masculinos e femininos”.

Ademais, também a participação das mulheres na composição do proletariado brasileiro foi subrepresentada na Primeira República, especialmente onde o trabalho feminino foi bastante expressivo, como no setor têxtil e o de vestuário, chegando a ser predominante em algumas unidades fabris.

Trazer à tona esses elementos parece-nos da maior importância porque nos possibilita identificar a existência de processos estruturais localizados na base das desigualdades que conformam a questão social na particularidade brasileira. Aciona-se, aqui, um emaranhado que nos convida a debater temas diversos em torno dos quais a questão social definitivamente se impõe no processo de desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo dependente brasileiro: as dinâmicas campo/cidade, os processos migratórios, a luta massiva por melhores condições de vida e trabalho, a luta por direitos, as contradições inerentes à industrialização e à urbanização aqui processadas, as desigualdades regionais, enfim, uma gama de questões que, uma vez revisitadas historicamente, tendem a nos auxiliar no aprofundamento da interpretação histórica sobre a questão social no Brasil.

Não menos importante é o caráter da dominação burguesa em nossa formação social. Ter de relegar uma imensa massa da população às condições intensas de exploração necessárias à manutenção do padrão de acumulação nos limites do capitalismo dependente, condiciona o que Florestan Fernandes (2005) intitulou de *padrão autocrático de dominação burguesa*. Em outras palavras, trata-se de uma classe dominante que se adianta aos processos históricos de organização dos *de baixo* com objetivos de sufocar as tentativas de mudança em seu nascedouro. Tal processo tem como contraface necessária a relação particular da dominação, tendo como pressuposto o controle monolítico do poder político de Estado. Significa, bem entendido, uma forma diferenciada no tratamento da questão social que coloca limites às concessões diante dos interesses e demandas da classe trabalhadora no país.

Em suma, o que nos parece importante de ser retido, a esta altura da argumentação, é o seguinte: os elementos históricos aqui apresentados sugerem que a transição ao capitalismo dependente, e sua consolidação, expressam sobretudo um *processo histórico* em torno do qual deve-se problematizar os fundamentos da questão social no Brasil. E aqui retomamos o núcleo duro do debate sobre a “questão social”: i) como essas desigualdades são produzidas; ii) como configuram respostas através da luta e da resistência organizada dos “de baixo”. Como a “questão social” é costurada pela contradição capital/trabalho, falar de “questão social” no Brasil significa, em última instância, falar do desenvolvimento particular de relações capitalistas entre nós.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise concreta da questão social deve envolver as particularidades históricas que informam o desenvolvimento do capitalismo numa formação social concreta. Por essa ótica, ao tempo em que se combinam elementos internos e externos, a relação modo de produção/formação social torna-se indispensável a uma devida apreensão da questão social, que embora portadora de traços gerais em comum no âmbito do desenvolvimento capitalista, configura-se em correspondência às particularidades de uma determinada formação social.

Sob essa orientação, o central aqui não está em demarcar exatamente o período em que emerge a questão social no Brasil. A rigor, as determinações que constituem a questão social, dentre as

quais as duas aqui problematizadas (a lei geral da acumulação capitalista e o processo de formação da classe trabalhadora), só adquirem sentido na particularidade; e é na particularidade que se revela abertamente a dimensão processual que nos permite concluir que o desenvolvimento capitalista não conduz indistintamente todos os países a um mesmo lugar. Se o caráter do desenvolvimento capitalista é desigual, também o são as formas como este reproduz continuamente a questão social.

Ainda hoje, a questão social no Brasil segue sendo uma agenda de pesquisa em aberto na profissão; e para entendê-la a fundo torna-se necessário apreender, em crescente grau de densidade, a complexa formação social brasileira. Nesse sentido, é preciso distinguir a “questão social” de suas formas de expressão: trata-se do desafio de não limitar a análise às suas formas de manifestação, mas remetê-la aos fundamentos históricos que instituem a questão social na realidade concreta.

Trata-se de uma lacuna interpretativa, em torno da qual, na perspectiva de sua superação, constitui-se como indispensável a interlocução com os intérpretes do Brasil. É preciso, na perspectiva de qualificar ainda mais o debate profissional sobre o tema, conferir atenção crescente às propostas interpretativas acumuladas pelo pensamento social brasileiro.

Como interpretar a “questão social” no Brasil a partir dos elementos que nos configuram como formação econômico-social particular? Enfrentar com seriedade essa pergunta será, certamente, um valioso retorno às gerações que lograram imprimir a marca da história e da crítica no âmbito do Serviço Social brasileiro. O que nos propusemos, nos limites deste texto, foi chamar atenção ao desafio que só pode ser enfrentado a muitas mãos. O que observamos, vinte anos após o já clássico número desta revista sobre o tema da questão social, é que há elementos em aberto a serem explorados, qualificados pela geração presente de pesquisadoras/es, sobre a gênese e o desenvolvimento da questão social no Brasil. Como antes, o tempo presente não institui uma “nova questão social”, mas expressa as formas como o velho capitalismo se traveste de novo. O mesmo é verdadeiro em nossa história. No ponto de partida da análise ecoam emudecidos gritos de nosso passado, analisar sua influência nas determinações da questão social significa também elucidar os caminhos pelos quais os de baixo buscam sua superação como ponto de chegada.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, L. F. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 21, p. 30-56, jul. 1988.

BADARÓ, M. **Escravidados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

CASTELO, R.; RIBEIRO, V.; ROCAMORA, G. Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 137, p. 15-34, jan./abr. 2020.

FERNANDES, F. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FERNANDES, F. **A revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília (ES): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jul.2001.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2004.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro II**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**. Brasília (ES): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jul.2001.

OSÓRIO, Jaime. Sistema mundial e formas de capitalismo: a teoria marxista da dependência revisitada. **Rev. Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 494-539, 2016.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REIS, J. J. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VITORINO, A. J. R. Operários livres e cativos nas manufaturas: Rio de Janeiro, segunda metade do século XIX. In: JORNADA NACIONAL DE HISTÓRIA DO TRABALHO, 1.; 2012, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2012. p.1-14. Disponível em: <http://labhstc.ufsc.br/acervo/acervo-eletronico/i-jornada>; Acesso em: 25 ago. 2021.

**Eduardo MARA** Trabalhou na concepção do artigo, análise e interpretação dos dados, redação do artigo e aprovação da versão final e ser publicada.

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2006), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2009) e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2016). É professor do curso de Serviço Social do Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), Recife.

**Lucas BEZERRA** Trabalhou na concepção do artigo, análise e interpretação dos dados, redação do artigo e aprovação da versão final e ser publicada.

Possui graduação (UFPB) e mestrado (UFPE) em Serviço Social. Doutorando em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da UFRJ. Professor Substituto da Escola de Serviço Social da UFF – Departamento de Serviço Social de Niterói (SSN). Educador da Escola Nacional Paulo Freire e assistente de pesquisa da coleção “Experiências históricas de reforma agrária no mundo” (Editora Expressão Popular). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

---